

Ata da 13.ª Sessão Ordinária, em 2 de Março de 1.951

Presidência do sr. Júlio Xavier, secretariada pelos srs. Chafic Cury e Dagoberto Pusch.

As quatorze e trinta horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Júlio Xavier, Rivaldavia Vargas, Atilio Barbosa, Chafic Cury, Dagoberto Pusch, Dario Marchesini, Amadeu Puppi Divon-sir Côrtes, Antonio Annibelli, Antonio Baby, Francisco Soares, Jorge de Lima, Silveira Rocha, Vieira de Alencar, Edwino Tempski, Portugal Tavares, João Viana, Nilson Ribas, Constâncio Souza, Accioly Filho, Cândido de Oliveira Neto, Cardoso da Silveira, Emilio Caraz-zai, Ernesto Moro, Iracy Vianna, João Ribeiro Júnior, Lustosa de Oliveira, Mário Faraco e Guataçara Borba (29); achando-se ausentes, com causa justificada, os seguintes: Alcides Caetano, José Hoffmann, Rezende Filho, Laertes Munhoz, Fleury da Rocha, Francisco da Costa, Joaquim de Lacerda, Américo Teti, Vespertino Pimpão, Anísio Luz, Ernani Benghi, Hélio Setti, João Chede, Rosa Filho e Waldemiro Pedroso (15).

Constatada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO,

passando o sr. 2.º Secretário à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offícios:

— do sr. Juiz de Direito substituto do Juizado de Menores desta Capital, convidando a Presidência e demais membros desta Casa, para assistirem, no próximo dia 3, às 9 horas, à posse do Exmo. sr. dr. Joaquim Guimarães, Juiz Privativo de Menores, bem como à inauguração dos retratos dos ex-Juizes de

Menores, srs. desembargadores Francisco da Cunha Pereira e Eduardo Xavier da Veiga e do saudoso magistrado dr. Manoel Ribeiro de Campos. — **Agradeça-se.**

— do sr. professor Francisco José Gomes Ribeiro, comunicando que, em data de 15 do mês próximo findo, tomou posse do cargo de Diretor do Colégio Estadual do Paraná. — **Agradeça-se.**

— do sr. Prefeito Municipal de Curitiba, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n. 351, que concede uma subvenção anual de Cr.\$... 15.000,00 à Sociedade Operária 21 de Abril, pelas razões expostas no veto anexo por cópia. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

— dos srs.: Prefeito Municipal de Timoneira — Prefeito Municipal de Fóz do Iguaçu — Ministro da Aeronáutica — Governador do Estado de São Paulo — Prefeito Municipal de Guarapuava, agradecendo a comunicação contida em ofício-circular n. 180, desta Casa, comunicando a instalação da 2.ª Legislatura. — **Ciente. Arquite-se.**

Convite:

— Da Comissão Organizadora dos festejos à inauguração da Igreja de Santa Bárbara e à Festa da Uva, patrocinada pelo exmo. sr. Governador do Estado, a realizar-se no dia 4 do corrente — **Agradeça-se.**

O SR. PRESIDENTE — Continúa a hora do Expediente.

O SR. AMADEU PUPPI — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMADEU PUPPI — Sr. Presidente, nobres Deputados. Na sessão de ontem, o nobre de-

putado Vieira de Alencar encaminhou uma sugestão ao Chefe do Executivo Paranaense, no sentido de proceder a um conclave municipalista no Estado do Paraná. Hipotecamos nosso apóio irrestrito, de vez que o Partido de Representação Popular foi o primeiro a tratar desses assuntos em todo o território brasileiro. Assim como a palavra «espiritualidade» resume a nossa filosofia, a palavra «município» representa o fundamento duma atividade política, e resume, igualmente, nosso ponto de partida para assuntos de tal envergadura. É no município que o homem realiza as legítimas aspirações no domínio social, moral e espiritual. O município e a nação são os polos em torno dos quais repousa a grandeza da Pátria. É a célula viva do esplendor da Pátria e o reflexo da sua hegemonia.

Nosso apóio, portanto, ao nobre Deputado pela sugestão encaminhada.

Como estamos na fase inicial dos trabalhos em que se exige definição de atitudes, peço permissão para ler a posição do nosso Partido, em face da política nacional.

Esse documento implica em dois tópicos: um pré-eleitoral e outro post-eleitoral.

(Lendo): «Na tarde de 31 de janeiro findo, o sr. General Eurico Gaspar Dutra, na forma constitucional, transmitiu a suprema magistratura da Nação ao sr. dr. Getúlio Dornelles Vargas, eleito em 3 de outubro do ano passado.

Recebendo o diploma do Tribunal Superior Eleitoral, o novo presidente viu confirmados na prática os propósitos legalistas do povo brasileiro. Portou-se a magistratura em correspondência com o procedimento dos responsáveis pela normal realização de um pleito em que não se sentiu, da parte dos governos federal e estaduais, o mínimo indício de faccionismo opressor. E, recebendo o Congresso Nacional o solene compromisso do Presidente e do Vice-Presidente eleitos, diplomados e empossados, de bem cumprir a Constituição, é natural que justas esperanças animem a todos os partidos militantes em nosso país, pela certeza de que o novo quinquênio irá assinalar-se como um período de

tão perfeito cumprimento da nossa Magna Carta como foi o quinquênio antecedente.

O momento nacional e internacional exige do patriotismo daqueles que sustentaram outro nome em 3 de outubro, contra a candidatura do atual presidente, uma atitude serena e digna, de expectativa criteriosa, de sorte a não criar dificuldades ao próprio Brasil, criando-as a quem recebe o gravíssimo encargo de governar um país em crise moral por todos reconhecida.

O Partido de Representação Popular, em 3 de outubro, ao lado da UDN e do PL, sustentou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes e bateu-se por ela, denodadamente. Andou acertado e não se arrepende, pois o nome do candidato escolhido sintetiza toda uma existência dedicada à Pátria e iluminada por atos de heroísmo e de idealismo tão puros que o simples fato de adotá-lo constitui honra para qualquer partido inspirado no amor ao Brasil. Sustentando a candidatura do Brigadeiro sem nenhuma vantagem de ordem material e até mesmo suportando a indelicadeza manifesta de alguns setores das correntes que também apoiavam o mesmo nome do ilustre brasileiro, o Partido de Representação Popular agiu com a mais extrema fidelidade, pois preferiu, por vezes, sacrificar seus candidatos ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas, do que transigir, negociar, transacionar na composição dos conjuntos cedulares dos seus envelopes eleitorais.

Mesmo quando, cedendo às circunstâncias do sistema federativo houve o PRP de adotar como candidatos aos governos dos Estados personalidades estranhas aos outros partidos aliados em torno do Brigadeiro, nunca os nossos correligionários assumiram atitudes ou se exprimiram por palavras dúbias, que pudessem redundar em prejuízo do nome que haviam escolhido para a Suprema Magistratura da Nação. Pelo que se pode dizer que as duzentas e sessenta e poucas mil legendas obtidas pelo PRP correspondem rigorosamente aos votos conferidos pela nossa agremiação partidária ao Brigadeiro Eduardo Gomes e ao seu companheiro de chapa, dr. Odilon Braga.

Essa linha de conduta não foi, entretanto, incompatível com a posição elegante e cavalheiresca do Partido de Representação Popular, quanto aos outros candidatos. Ao dr. Cristiano Machado, a própria Convenção que proclamou solenemente a candidatura do Brigadeiro rendeu expressiva homenagem de calorosas palmas, quando o sr. Plínio Salgado fez o elogio das virtudes cívicas do ilustre candidato adversário. Ao dr. Getúlio Vargas também o PRP teve ocasião de manifestar a sua elevada conduta moral.

De fato, nas vésperas de escolher o seu candidato, o PRP foi consultado na pessoa do seu presidente, pelo sr. Alencastro Guimarães; desejava êle saber como o PRP considerava a candidatura do dr. Getúlio Vargas, contra a qual se levantava a preliminar tendente a impedir-lhe o registro no TSE e, ao mesmo tempo, indagar como o PRP apreciava os rumores subterrâneos de possíveis golpes em caso de eleição do candidato do PTB e do PSP.

A resposta foi imediata: encaramos a candidatura do dr. Getúlio Vargas em igualdade de condições com as outras duas e, quanto a golpes possivelmente supervenientes a uma eleição legítima, o passado histórico de maior parte dos componentes do PRP autorizava-nos a declarar sempre contrários a qualquer ato de violência, em detrimento da Constituição vigente, a menos que se deparasse à Nação graves perigos à sua segurança interna e externa, o que não parecia o caso.

Foi nessas condições de lealdade, de franqueza, de sereno equilíbrio e sentimento de justiça, que nos batemos pela vitória do Brigadeiro, em todo o país e com todo o ardor.

Eleito o dr. Getúlio Vargas, surgiu a tese denominada da «maioria absoluta»; e tendo sido o presidente do PRP ouvido pelo vespertino «Diário da Noite», desta capital, emitiu a sua opinião dizendo que o tema deveria ter sido debatido antes das eleições e não depois delas.

Em face de todos êsses precedentes, pergunta-se: qual a actual posição política do PRP no cenário federal e nos Estados, através dos seus parlamentares no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas, assim como através da sua imprensa

sa e dos seus directórios nacional, estaduais e municipais?

Sr. Presidente, no Estado já se sabe qual a nossa posição. Agora, vejamos no âmbito nacional (**continua lendo**): «Fácil é responder. Como patriotas, como fervorosos batalhadores pelo bem do Brasil, seria uma indignidade de nossa parte desejar que o dr. Getúlio Vargas fizesse um mau governo, ou se visse à mingua da boa vontade dos brasileiros, quando manifestasse propósitos evidentes de bem servir à Nação.

O PRP possui uma doutrina que se funda na Moral Cristã, no amor à Pátria e na sustentação da intangibilidade da Família e nos direitos e deveres do Homem. E tudo quanto o Presidente Vargas precisar na objectivação das realizações práticas tendentes à segurança interna e externa do Brasil, ao fortalecimento dos grupos naturais de que a Família é o primordial, e da manutenção das liberdades e direitos humanos e revigoração dos correlativos deveres, o Partido de Representação Popular lhe dará, espontaneamente, sem exigir outro pagamento senão os da íntima satisfação da consciência pelo dever cumprido, do mesmo modo como deixará de apoiar quaisquer medidas que julgue contrárias aos princípios que sustenta.

Se jamais seremos adesistas, também nunca seremos ferrenhos oposicionistas. Nossa força parlamentar é pequena, mas nossa força moral e poder de influência todos sabem quanto é grande, mormente nesta hora internacional que confirma, ponto por ponto, a exatidão da doutrina fundada nos princípios de Cristo. E essa força moral que se irradiava com influência crescente nas alas jovens dos outros partidos e na opinião de quantos representam os valores espirituais da Nação, nós a colocamos ao serviço do Brasil, podendo qualquer governo contar com ela, desde que mantenha fidelidade aos princípios cristãos, que esposamos, trabalhando sinceramente pelo bem de nossa Pátria.

E é, portanto, baseados neste pressuposto e sem nos colocarmos em posição nem de governistas nem de oposicionistas, que formulamos, os do PRP, sinceros votos a Deus para que favoreça o novo Presidente,

inspirando-o no sentido de bem realizar tudo quanto redunde em benefício do povo brasileiro e maior grandeza e prestígio do Brasil.»

Era o que desejava trazer ao conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. EDWINO TEMPSKI — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDWINO TEMPSKI — Sr. Presidente, srs. Deputados. (Lendo): Em minha primeira oração pronunciada nesta Assembléia, disse que «a liberdade é um fator sobremodo dinâmico, concreto e de efeito universal na maturação, na elaboração das reformas, das planificações sociais, e a democracia é a liberdade realizada em atos, tendo por denominador comum a bondade; essa é a razão fundamental por que ela se coaduna tanto com aspirações e tendências do povo brasileiro, já por natureza nobre e generoso».

Dessa forma, com tal pronunciamento, manifestei a minha oposição a todas as formas ditatoriais de governo.

O sistema democrático se sobreleva às ditaduras, já pelo simples fato de atrair ao trabalho criador todas as camadas sociais, às quais permite uma evolução generalizada, um aprimoramento multilateral. A liberdade individual, com a garantia da livre palavra, ação e pensamento, exaltando, como consequência, a responsabilidade de cada um e de todos, constitui outra preciosa característica do regime democrático. Cada cidadão tem a possibilidade de influir sobre os destinos da nação, e isso é a primeira e sobremodo salutar fonte da formação da autoridade nacional. Ao diverso, sob as ditaduras, o homem é transformado em mero instrumento, destinado à execução de tarefas e à obediência, não raro brutal e indiscriminada.

Antes e durante o último conflito mundial, os totalitários proclamaram que a democracia falira, que já passara da época, que se tornara extemporânea e que, por isso, a ditadura constituía uma forma superior

para governar as nações. Bem sabemos que tais conceitos constituíam nada mais que a auto-propaganda dos ditadores. Parecia então que a humanidade, no decorrer do seu aprimoramento cultural, penetrara em um abismo tenebroso, do qual não lhe era possível sair e onde devia rejeitar, desistir de todas as suas conquistas, e se entregar à vontade e à prepotência dos ditadores. Na verdade, bem diversa é a intimidade do problema. O objetivo da humanidade, a qual evolúe através das épocas, é a luta contra o mal e contra a injustiça, aspirando o bem e a justiça, e, principalmente, lutando pela liberdade. Na organização e funcionamento da nação, a democracia é a expressão dessas liberdades, e daí a necessidade, que deve ser contínua e imperiosa, de caminharmos ao encontro do regime democrático.

Os resultados do sistema democrático dependem do tema ideológico com que for preenchida a sua forma. E aqui chegamos à mais importante questão da democracia e da sua formação. Mui frequentemente, sua forma foi confundida com a idéia, e, como consequência, surgiram as incompreensões, e mesmo a desilusão pelo sistema democrático. Este, como forma, somente adquire vigor, se robustece, pulsa e vibra, quando for alimentado por uma adequada ideologia, preenchendo assim suas transcendentais e imponentes molduras. O centro de gravidade, portanto, da democracia como sistema, está decisivamente em sua ideologia.

Em 29 de Outubro de 1945, através de movimento liderado pelo grande chefe da UDN, — Brigadeiro Eduardo Gomes, — o povo brasileiro e o Brasil retornaram ao regime democrático, regime que, como já acentuei, tão bem se coaduna com a cultura e com o espírito nacional. E a salubridade deste retorno, o vigor esplêndido do seu renascimento, bem podemos avaliar pelo governo do eminente General Eurico Gaspar Dutra, o qual, nem por um momento, se afastou dos dispositivos constitucionais, e administrou o país com tanta equidade e justiça, com tanta bondade e sabedoria, que não é sem emoção que dizemos haver sido um presidente de todos os brasileiros.

Tal mérito reconheceremos tam-

bém vigorosamente expresso no último pleito eleitoral de 3 de outubro, quando três homens merecedores de todo o nosso apreço e acatamento, orientaram e conduziram o seu eleitorado para as urnas com tanta nobreza e elevação, com tanta dignidade e ponderação, dando para o mundo inteiro, e em particular para as Américas, um espetáculo impressionante e decisivo da cultura democrática de um povo.

Reconhecemos, finalmente, a fecundidade exuberante daquele memorável 29 de outubro, quando assistimos, vivamente empolgados e comovidos, ao atual Presidente da República, dr. Getúlio Vargas, que fora ditador durante 15 anos consecutivos, adaptando-se, exemplar e patrioticamente, à democracia em vigor, jurando dar fiel cumprimento aos dispositivos constitucionais que norteiam a vida nacional.

E nessa conjuntura histórica, acima de tudo, distinguem-se duas conclusões épicas: — de um lado a vitória sublime e inquestionável da U.D.N., a qual, orientada e inspirada em seu grande líder, o Brigadeiro Eduardo Gomes, foi o fator preponderante e decisivo na democratização do país; de outro lado, a extraordinária e não menos sublime, digna de todos os superlativos, vitória de Getúlio Vargas sobre si mesmo.

Ei-lo agora, Chefe Supremo da Nação que é a maior democracia da América do Sul. Nessa situação, ele está de posse não só do governo da República, mas também no domínio do coração e da alma brasileira, merecedor de todo o apreço, simpatia e veneração.

Surge agora, ante a consciência perscrutadora dos historiadores e políticos, a indagação sobre qual o melhor sentido ideológico que preencherá as molduras do recém-ressurrecto regime democrático brasileiro. Os sentidos ideológicos de largos horizontes, de grande alcance, podem surgir somente sobre processos históricos e sociais, e também jorrar de fontes que sejam verdadeira expressão de força, de potência nacional. Na fase atual, diante de nós, a força preponderante, de maior vitalidade, capaz de imprimir um adequado sentido à nossa evolução democrática, e administrativa, é a ca-

mada trabalhadora, das cidades e do campo, operários e agricultores, os quais não representam apenas o vigor de um número, mas também uma massa nacional e altamente consciente. É sobre os ombros dessa camada que ora repousa o peso da responsabilidade pelo presente e pelo futuro da nação, e é dela que deve surgir o sentido ideológico da nossa democracia.

E no momento em que aponto essa concludente realidade, diante de nós surge uma nova, imperiosa e imediata necessidade: — se as camadas trabalhadoras, ora politicamente dominantes quizerem dar fiel desempenho à sua responsabilidade, devem coordenar os interesses das suas classes ao bem de cada uma, em particular, e ao bem coletivo, isto é, aos interesses do povo e da nação. Terminar com a exploração do homem pelo homem, de uma classe pela outra, eis um grande objetivo para grandes lutas e para muito tempo. A organização social e administrativa da nossa democracia deve entrosar solidariamente os interesses de todas as nossas camadas sociais, e isso é o primordial, se desejamos que ela triunfe e sobreviva.

E no meio das camadas trabalhadoras existe uma classe que tudo tem dado pela nação, que representa na verdade a potência de maior expressão na vida presente e futura do país, — a dos agricultores, a que, até esta data, pouco, ridiculamente pouco, recebeu da administração.

Continua esperando, imersa em quase total esquecimento, sujeita a todas as violências biológicas, a todas as oscilações econômicas. De vez em quando contempla o horizonte, esperançosa de assistir à aurora que represente a sua redenção.

A essa classe, à qual me sinto cordialmente unido, fluem os meus mais frementes e calorosos sentimentos de carinho e afeto, os meus mais irrestritos protestos de solidariedade.

A participação política dos homens do campo, dos agricultores, da classe laborista na vida nacional, poderá constituir um centro natural, sobremodo dinâmico e eficiente, de coordenação de todas as forças políticas do Brasil realmente úteis, em uma larga e poderosa e impressionante plataforma ideológica comum, preenchendo harmonicamente o sen-

tido democrático da nossa atualidade.

Como expressão fidedigna da maturidade, do aprimoramento dessa classe, basta citar que o voto dos lavouristas influenciou decisivamente na escolha do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas para Presidente da República; a escolha do nosso querido e estimado Governador do Estado, Exmo. Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto; e, finalmente, a escolha de cada um de nós, em particular.

Essa massa humana, poderosa e preciosa, arfa e palpita, vive, vibra e luta intensamente pelo bem-estar da nossa coletividade, e isso chega a tal nível que representa o esteio, a viga mestra da economia nacional. Mas, se isso é verdade, não menor verdade é que constituíram uma compungente realidade os constantes apelos, os implorantes reclamos, os veementes protestos e manifestos que são dirigidos às autoridades pelos agricultores nacionais, na defesa dos interesses da sua classe.

E, no entanto, as desilusões continuam se avolumando em paralelo com as promessas demagógicas dos políticos e administradores que infestam sagradas atribuições.

Meus nobres colegas! O êxodo dos lavradores de um Estado para outro, a imigração dos agricultores, o fluxo enorme para as cidades dos homens do campo, é um sinal patognomônico do mal que aflige as esperanças de milhões de brasileiros — eles têm fome, eles têm sede, eles querem viver, querem dignificar as suas existências, querem melhorar as suas condições econômicas.

Atendemos para o seu desespero ante as intempéries que destroem as suas plantações, as pragas que dizimam os seus rebanhos! Atendemos para as condições precárias de sua saúde, para as condições de sua existência sob um padrão de vida que não tem classificação! Atendemos para a sua condição de analfabetos, explorados em sua boa fé por toda sorte de intermediários e traficantes, os quais, sem compaixão, sem escrúpulos, não vacilam em empurrar estes servidores nacionais, tão altruístas quanto abnegados, cada vez mais na miséria.

Como é chocante, para nós, vê-los, humildes e receiosos, se aproximando das autoridades pedindo apenas uma escolinha para seus filhos! E nessa

atitude, quanta resignação, quanta nobreza!...

Eles, que regam o solo pátrio, desde a aurora até o ocaso, com o suor de seu trabalho contínuo e insano, necessitam ser atendidos, porque esses lhes é um direito líquido e certo.

Um renomado escritor, cujo nome não me ocorre no momento, comparou uma nação a uma frondosa árvore, cujas raízes representam a agricultura. Feliz e sugestiva essa comparação.

Meus nobres colegas! Após o que disse, resta-me concitá-los cordialmente para que olhemos para os agricultores, para os homens do campo, para a classe lavourista — eles são as raízes da nossa Pátria. Representam, na verdade, um exuberante tema ideológico capaz de imprimir um sentido democrático para a nossa atualidade, de extraordinário alcance e de consequências ainda mais extraordinárias».

Sr. Presidente, nobres Colegas. Em função do que acabo de dizer, solicito a V. Excia. que submeta à apreciação da Casa o manifesto que desejo seja enviado ao exmo. sr. Presidente da República, em defesa da classe lavourista do Estado.

(Lê): «Excelentíssimo Senhor Doutor GETÚLIO VARGAS, Digníssimo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

— Rio de Janeiro.

Os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná têm a grande honra e não menor satisfação de, através desta Mensagem, enviar a Vossa Excelência as suas mais sinceras e calorosas saudações.

Não nos são estranhos os relevantes e patrióticos trabalhos prestados à Nação sob a sábia e eficiente orientação de Vossa Excelência, e certos do pleno êxito da mesma, em benefício da consolidação democrática e do glorioso destino da nossa Pátria, antevemos com crescente ufanía o brilhante porvir reservado ao nosso País entre os demais do continente americano.

Animados pelas virtudes pessoais de Vossa Excelência, pelo amor ao trabalho, pelo interesse sincero e sempre demonstrado às questões nacionais que estão direta e intimamente ligadas com o povo brasileiro, entregamos, como sugestão e apelo, às justas e sempre apreciadas deli-

berações de Vossa Excelência, um dos problemas mais cruciantes clamando solução urgente, em benefício de uma classe que representa, na verdade, o sustentáculo da vida econômica nacional — a dos agricultores.

«Senhor Presidente: A lavoura do País em geral, e a do sul em particular, não tem sido até o presente convenientemente atendida, e está lutando pela sobrevivência com as próprias forças.

As intempéries, as epidemias, que infestam as glebas, reduziram à miséria milhares de famílias campezinas. A propalada ajuda aos colonos é sobremodo deficiente. Ao contrário, para agravar a crise, os impostos, e uma série interminável de exigências fiscais, constituíram a preocupação máxima das administrações anteriores, provocando uma sangria condenável no organismo debilitado da lavoura nacional, sem qualquer compensação palpável.

As secas prolongadas ou as chuvas torrenciais, aumentam mais ainda os tormentos da classe agrícola, em sinergia com a maléfica e desenfreada importação do produto similar estrangeiro, em detrimento da produção nacional.

Paralelamente ao aumento dos impostos estaduais (1.000 a 3.000% do «Imposto Territorial Rural»; de 100% de vendas e consignações «Selos»; 100% «Taxa de Veículos»; etc.), as taxas de melhoramentos públicos foram nesta região sensivelmente majoradas, cobrando-se, ainda, em algumas comunas, uma taxa absurda e inconstitucional, denominada «Defesa da Produção Vegetal», constituindo flagrante bitributação.

Todos esses onus atribuídos aos lavradores, não mereceram, no entanto, retribuição adequada, com exceção honrosa da campanha do trigo nacional, desenvolvida eficientemente pelo Governo Federal em colaboração com o Estadual, e que deve e necessita ser contínua, para a conquista do pão integralmente brasileiro.

Finalmente, os poucos favores que foram concedidos à lavoura, sob a forma de distribuição de sementes, máquinas ou ferramentas agrícolas, traziam quase sempre, o vexatório laivo de subordinação partidária que a independência e o caráter reto e livre do homem, afeito às lides agríco-

las, repelia com altivês. O que deveria constituir um dever primário e indeclinável do Estado, em prol do bem-estar geral fora transformado, quase sempre, em um favor de finalidades eleitorais».

Temos plena confiança, em que o que fôr dentro das nossas atribuições, com o maior júbilo e entusiasmo patriótico, havemos de sanar.

Sabedores de que V. Excia. está animado de idênticos propósitos, a ponto de considerá-los dentre os principais do vosso Governo, ousamos sugerir e apelar no sentido de que a defesa do agricultor pátrio tenha um sentido nacional harmônico e s'nérgico em todo o território e, assim, concretizar no mais breve espaço de tempo os seguintes objetivos:

- a) — dar fiel e justa execução aos princípios constitucionais e às leis que dizem respeito à lavoura;
- b) — melhoria das condições de saúde e agro-profissionais;
- c) — organização de serviços eficientes de proteção e defesa da produção animal e vegetal, de combate à erosão e de reflorestamento;
- d) — redução e extinção das leis fiscais escorchantes e inconstitucionais;
- e) — criação dos serviços de assistência e de previdência social;
- f) — maior difusão do ensino primário e agro-profissional;
- g) — criação de redes de armazéns gerais, silos e frigoríficos para depósito e conservação dos produtos agrícolas;
- h) — estimular a eletrificação rural;
- i) — estabelecimento do preço mínimo para os produtos agrícolas;
- j) — instituição do seguro, a baixo prêmio, contra as geadas, secas, granizo, pestes e pragas;
- k) — instituição de crédito aos pequenos e médios agricultores;
- l) — elaboração de leis e regulamentos para a execução de medidas que visem precipuamente, a proteção e o amparo dos agricultores e pecuaristas;
- m) — defesa da dignidade do homem do campo e da sua independência econômica;

Erros sobre erros, arbitrariedades sobre arbitrariedades incidiram de tal forma sobre a vida do agricul-

tor nacional em geral, que não será exagêro afirmar que o mesmo, já desiludido quasi totalmente, ansioso, aguarda o amparo e a proteção dos poderes constituídos.»

Cientes de que V. Excia. é sempre ávido em bem servir as grandes causas, cientes, igualmente, do especial carinho que de V. Excia. merecem os nossos homens do campo, apelamos veementemente para que seja aplicada a terapêutica sanadora a tão crítica e aflitiva situação de milhões de abnegados servidores, que tão relevante papel desempenham na vida nacional.

E isso o fazemos plenamente convictos de que serão, dentro das nossas possibilidades administrativas, atendidas as medidas pleiteadas, e que as sugestões apresentadas dentro em breve constituirão uma esplendorosa realidade pela redenção do agricultor paranaense.

Reiterando a V. Excia. as expressões das nossas cordiais saudações, firmamos o presente».

E o manifesto que tenho a honra de encaminhar a esta ilustre Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. JOÃO VIANA — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO VIANA — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados.

Na sessão de ontem, o brilhante e dinâmico representante trabalhista, deputado Vieira de Alencar, aventou a idéia da realização de um Congresso dos Municípios.

Tal iniciativa, sr. Presidente, nos moldes em que a projeta o ilustre Deputado trabalhista, isto é, isenta de preocupações de ordem política e também daquele cunho laudatório elouvaminheiro que tem marcado ultimamente tais conclaves em nosso Estado, quer dizer, projetado no sentido dos interesses gerais do Estado, parece-nos inteiramente digna de aplausos e apóio.

Realmente, é fato de observação corriqueira que o Paraná atravessa uma fase excepcional de progresso, fase esta que se retrata em uma

obra humana magnífica, que está aos olhos de todos, mas indica também o desperdício de um potencial enorme de energia humana.

Quero crer que a reunião de elementos ligados à vida das diferentes regiões do Paraná, desde os elementos oficiais até aqueles cujas atividades se prendem às diferentes classes, aos diferentes núcleos do Estado, será uma forma inteligente de se coordenar a ação, de se conjugarem os esforços, de se sintonizarem os propósitos, no sentido de se servir ao bem público. E acho, sobretudo, que a iniciativa é muito oportuna, porque coincide com o início de um novo período governamental, porque coincide com a inauguração de um novo estilo de ação político-administrativa. Estou certo de que, se a iniciativa, que já conta com o amparo e a aquiescência da bancada trabalhista, puder contar com a cooperação da Casa toda, uma vez que essa cooperação pode ser dada sem nenhuma quebra de linha de conduta, desde que o conclave não tem caráter político, estou certo, repito, que, se assim acontecer, está fadada esta reunião a servir longa e duradouramente aos interesses do Paraná.

E é pensando assim que registro aqui os meus aplausos e meu apóio, ficando à disposição dessa iniciativa tão bem lançada pelo ilustre representante trabalhista.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. ATÍLIO BARBOSA (*) — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ATÍLIO BARBOSA — Sr. Presidente, acabamos de ouvir, há poucos instantes, um trabalho magnificamente elaborado, naturalmente com os mais alevantados fins patrióticos, êsse discurso pronunciado pelo nosso eminente colega sr. dr. Edwino Tempski. Não posso, porém, dar meu voto de aprovação à indicação que o ilustre Deputado quer seja enviada ao eminente sr. Presidente da República. Isto se-

ria, sr. Presidente e srs. Deputados, reconhecermos a nossa própria incapacidade para resolvermos uma série de fenômenos, exageradamente pintados pelo brilhante trabalho desse Deputado, que bem podem ser solucionados pelos poderes do Estado, tanto Legislativo como Executivo.

O Sr. Edwino Tempski — V. Excia. permite um aparte? (**Assentimento do orador**). O Governo do sr. Getúlio Vargas, no momento, está procedendo a estudos através dos corpos competentes auxiliares, do Ministério da Agricultura, no sentido de amparar os agricultores nacionais. O objetivo do meu manifesto é apenas, única e exclusivamente, através do nosso pronunciamento, possibilitar ao Governo Federal uma visão panorâmica, embora eu admita que seja realmente muito discreta, da realidade dominante no seio da classe lavourista de nosso Estado. Meu desejo é exclusivamente que as medidas, que serão levadas a efeito e objetivadas dentro de pouco tempo pelo sr. Presidente da República, através do Ministério da Agricultura, tenham um aspecto harmônico, sinérgico, a ser desenvolvido em todos os recantos do território nacional, com o conhecimento exato, ou quase exato, do que se passa em nosso Estado. É este o objetivo principal do meu manifesto.

O SR. ATÍLIO BARBOSA — Sr. Presidente. Por diversas vezes, têm sido tratados nesta Assembléia os problemas atinentes ao homem do campo, ao nosso lavrador, e aventadas por muitos de nossos ilustres colegas, medidas destinadas à melhoria das condições da agricultura e ao melhor amparo do nosso homem rural.

O manifesto, que o ilustre Deputado pretende seja dirigido ao sr. Presidente da República, vem não só depreciar a nossa capacidade de resolver os nossos próprios problemas, como também reconhecer que o Estado do Paraná não tem, no seu órgão executivo e nos seus poderes constituídos, pessoal suficientemente capacitado para estudar e encaminhar a solução desses problemas.

Ainda há poucos dias, vimos magnífica entrevista publicada nos jornais, concedida pelo sr. Secretário da Agricultura do Paraná, focalizando exatamente assuntos que agora foram trazidos a esta Casa pelo ilustre deputado sr. Edwino Tempski. O sr. Secretário de Agricultura do Paraná está, como o sr. Governador e como os poderes públicos estaduais, profundamente interessado em que sejam atendidos muitos desses pontos, os quais podem ser resolvidos dentro do âmbito de nossa própria capacidade.

O Sr. Edwino Tempski — V. Excia. permite outro aparte? (**Assentimento do orador**).

Tenho a impressão de que não haverá qualquer objeção por parte de V. Excia. se sobrevier a solução dos problemas que elucidei, através de uma fusão de trabalhos e de objetivos nos âmbitos federal e estadual.

O SR. ATÍLIO BARBOSA — Perfeitamente.

O Sr. Edwino Tempski — Não ponho em dúvida a capacidade administrativa de nossos homens de governo. O que desejo é que o Governo Federal participe dessas atividades.

O SR. ATÍLIO BARBOSA — Como é dever do Governo Federal, e como ele próprio vai proceder, como disse V. Excia., através do Sr. Ministro da Agricultura.

O que parece, Sr. Presidente, é que o ilustre deputado sr. Edwino Tempski exagerou profundamente o quadro do lavrador paranaense, porque, afinal de contas, se é verdade que o homem do campo ainda está lutando com a falta de recursos, de bancos, carteiras de crédito, para dar desenvolvimento ao seu trabalho e à sua produção, não é menos verdade que, ao lado desses elementos, há outros que têm florescido, prosperado, e que hoje se constituíram em elementos mais ou menos de projeção no meio social em que vivem.

De modo que, sr. Presidente, não vejo oportunidade para endereçarmos ao sr. Presidente da República a mensagem que o ilustre deputado

sr. Edwino Tempiski trouxe a esta Assembléia, mesmo porque esses assuntos já têm sido por nós tratados, já temos procurado, por intermédio desta Assembléia, a criação de uma Carteira de Crédito para lavradores, já temos focalizado a situação desesperadora em que se encontram por aí esses milhares de brasileiros da lavoura, esses milhares de heróis que se perdem pelos sertões, com os pés furados pelas raízes das matas que eles mesmo desbravavam corajosamente, que ficam abandonados, sem escolas, sem qualquer proteção, nem do Governo Federal nem do Estadual, porque afinal de contas, o elemento brasileiro, o nacional, é o que mais se afasta dos centros civilizados, mais penetra no sertão, para desbravar as terras que, mais tarde, vão ser aproveitadas por outros. O que é verdade, Sr. Presidente, é que o elemento nacional está sendo, dentro do Brasil e do Paraná, o elemento mais desprotegido, porque os outros, os que vieram de fora, ou seus descendentes nascidos depois, na terra já desbravada, se constituem em núcleos, formam colônias, aglomerações, povoações, obtêm escolas, estradas carroçáveis e até, dentro do seu círculo de companheiros e de homens do mesmo trabalho, alcançam recursos para que possam iniciar sua vida.

Realmente, neste ponto, é doloroso repetir que o elemento nacional está sendo olhado com bastante desamor por aqueles que têm responsabilidade pela causa pública.

O Sr. Edwino Tempiski — Muito bem!

O SR. ATÍLIO BARBOSA — Mas daí, sr. Presidente e ilustres srs. Deputados, a levarmos, do seio desta Assembléia, nosso clamor ao sr. Presidente da República, dizendo que não temos solução para o caso, seria reconhecermos nossa perfeita nulidade, nossa incapacidade e que estamos precisando de uma tutela para o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, estou com os homens da lavoura, quero que se constituam carteiras de crédito para o lavrador, proporcionando-se aos homens do trabalho todos os recursos para que se possam emancipar,

ensinar a família, apresentar-se junto aos homens da cidade com os mesmos direitos, sem andarem tirando o chapéu e pedindo obséquios até para entrar nas repartições e pagar impostos, como disse o ilustre deputado.

É preciso que o homem do campo possa, com a mesma altivez, com a mesma serenidade e direitos de cidadão, entrar em toda a parte, reclamar seus direitos e contribuir com seu trabalho, com seu suor, para a manutenção dessa grande e generosa pátria que é nossa.

Sr. Presidente, aceitando, em parte, a colaboração do ilustre sr. deputado Edwino Tempiski, que vem repetir exatamente o que temos dito muitas vezes a esta Casa, eu, entretanto, não posso concordar em que uma mensagem vasada nesse estilo profundamente duro seja encaminhada ao sr. Presidente da República, como se no Paraná nunca tivéssemos cuidado da lavoura, como se nunca tivéssemos proporcionado nenhum recurso a esses nossos compatriotas que vivem do trabalho do campo.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Deputados. Antes de mais nada quero aplaudir a oração do nobre deputado Edwino Tempiski, da UDN, quando apresenta um manifesto a ser dirigido ao eminente Presidente da República, cidadão Getúlio Vargas.

Creio que qualquer contribuição, qualquer trabalho, qualquer adendo aos trabalhos já realizados no Estado em benefício do homem rural, merecem, sem dúvida alguma, todo acatamento, porquanto é mais uma inteligência, mais uma força a serviço daquilo por que há tanto tempo vimos todos nós propugnando: a redenção do homem do campo.

Muito embora o nobre deputado do PSP, Atílio Barbosa, tenha dito que, exaustivamente, se estudou o

assunto, não vejo nenhuma razão plausível que possa impedir a remessa dessa nova mensagem de alertamento ao Presidente da República, principalmente no momento em que nos encontramos no início de uma nova gestão.

É um moço que vem para esta Casa ansioso de trabalho, ansioso de produção, procurando cooperar para a grandeza comum.

Muito embora exaustivamente estudada a questão, devemos recebê-la carinhosamente, para que esse moço, que se inicia nesta nova gestão tão brilhantemente, possa ter o estímulo necessário para a continuidade de seu trabalho, e para o êxito de seus esforços.

Sou, portanto, e acredito que toda a minha bancada o seja também, pela remessa desse trabalho, muito bem elaborado, preciso e correto, ao eminente Presidente da República, ferindo pontos nevrálgicos de tão momentosa questão.

Sr. Presidente, inicia-se nesta Capital, como dissemos ontem, um grande movimento no sentido de irmos ao encontro, e cada vez mais, da autonomia municipal. É nela que reside a grandeza do país. É na alforria da comuna municipal que podemos fazer a grandeza do Brasil.

É uma tese debatida, e quero fazer justiça ao Partido de Representação Popular que, através de seu brilhante representante, foi o primeiro a apoiar a nossa iniciativa, da realização daquele grande Congresso. Sei do trabalho realizado pelos elementos desse Partido, pelos seus representantes na Câmara Federal; li as conferências dos seus deputados, dos seus políticos, dos seus chefes, dos seus condutores. Realmente, e é preciso confessar, foi o Partido que melhor estudou o assunto, que melhor focou o aspecto da questão municipalista, e o apoio que nos trouxe é para nós de grande valia e nos dá coragem para que continuemos, com esperança e fé, na conquista desse desiderato.

Quero também agradecer a contribuição valiosa do espírito brilhante de Xavier Viana, que não se demorou em vir trazer à Casa seu apoio às nossas idéias, e estou certo que o apoio da bancada do PR representa para nós a certeza de

que nossa vitória se avizinha.

Tive a grande satisfação de saber que a Câmara Municipal da Capital do Estado também está iniciando um grande movimento no sentido de reivindicar ao município da Capital a sua indispensável autonomia. Quero, em meu nome pessoal tão somente, como municipalista convicto e cheio de fé, dar aqui de público meu apoio, a essa idéia em tão boa hora lançada como semente em terra boa que breve frutificará em árvore frondosa, de onde iremos colher opimos frutos.

Lerei, á guisa de esclarecimento, o manifesto apresentado na Câmara de Curitiba, sobre o movimento autonomista da Capital. (**Lê o manifesto**).

Cerca de setecentas assinaturas encabeçadas por Júl'o Xavier já foram apostas a esse manifesto inicial, lançado na reunião de ontem na Câmara de Curitiba.

Em prosseguimento aos trabalhos e no sentido de coligir novos elementos para o seguimento da campanha, lançou-se já um manifesto do PTB nesse sentido, cujo texto rápido mas expressivo lerei para conhecimento da Casa. (**Lê o manifesto**).

Terminando, sr. Presidente, quero deixar mais uma vez a certeza de que nós estamos empenhados realmente pela reabilitação e recuperação dos municípios do interior do Estado e o da Capital.

(*) (**) — **Os manifestos lidos não vieram à Redação dos Debates.**

O SR. PRESIDENTE. — Continua a hora do Expediente. (**Pausa**). Não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, declaro encerrada a hora do Expediente.

ORDEM DO DIA,

que consta de Trabalho das Comissões. Não há trabalhos das Comissões sobre a mesa.

A indicação apresentada pelo sr. deputado Edwino Tempski, na hora do Expediente, é regulada pelo artigo 118 do Regimento Interno.

Nestas condições, irá a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DIVONSIR CÔRTES —
Sr. Presidente, peço a palavra para
uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a
palavra o nobre Deputado.

O SR. DIVONSIR CÔRTES —
Sr. Presidente, nobres Deputados.

Quero declarar, nesta ligeira explicação pessoal, que, na devida oportunidade, comentaremos em plenário a indicação hoje apresentada pelo ilustre deputado Edwino Tempski, e, possivelmente a ela aduziremos alguns elementos mais. Estamos de pleno acôrdo com a indicação.

O Sr. Portugal Tavares — Muito bem!

O SR. DIVONSIR CÔRTES —
De modo que, sr. Presidente, me reserve para, em momento oportuno, debater o assunto. Era só.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, designando outra para amanhã, sábado, às 11 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões.

Levanta-se a sessão.